

MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS**Aviso n.º 17641/2025/2**

Sumário: Designação de Maria Inês Oliveira Lopes de Pina para cargo de direção intermédia de 2.º grau — chefe da Divisão Jurídica e de Fiscalização.

Torna-se público, para cumprimento do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na sua atual redação, que, por Despacho n.º 28540, de 23 de junho de 2025, do Vereador Nelson Laureano de Oliveira Aniceto, foi designada Maria Inês Oliveira Lopes de Pina para exercer o cargo de Chefe da Divisão Jurídica e de Fiscalização, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, cujo conteúdo se transcreve:

“Considerando que, por deliberação da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2024, foram aprovadas alterações ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras, cujo texto integral foi publicado na 2.ª série do *Diário da República*, N.º 106, de 3 de junho de 2024 e que entrou em vigor a 3 de junho de 2024, que se passa a designar por ROSM/2024.

Considerando que foi aberto procedimento concursal com vista ao provimento de cargo de direção intermédia de 2.º grau — Chefe da Divisão Jurídica e de Fiscalização (DJF), através do Aviso n.º 9152/2025/2, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 67, de 4 de abril de 2025, na Bolsa de Emprego Público com o código da oferta OE202504/0316, a 7 de abril de 2025 e no jornal “Correio da Manhã”, a 7 de abril de 2025 e ainda na página eletrónica do Município.

Considerando que decorridos os procedimentos legalmente previstos, o júri do procedimento concursal apresentou proposta de designação, constante da ata da sua reunião de 19 de maio de 2025, da candidata Maria Inês Oliveira Lopes de Pina, por reunir os requisitos legais definidos no artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, conjugado com o artigo 20.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação e artigo 7.º do ROSM/2024, para o recrutamento de cargos de direção intermédia de 2.º grau, e deter a experiência profissional e o perfil adequado ao exercício do cargo de Chefe da Divisão Jurídica e de Fiscalização, nos termos e com os fundamentos constantes da citada proposta de designação.

Determino, no uso da competência que me foi delegada pelo Despacho n.º 6741, de 19 de outubro de 2021, a designação, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, da candidata Maria Inês Oliveira Lopes de Pina, Técnica Superior, para o cargo de Chefe da Divisão Jurídica e de Fiscalização da Câmara Municipal de Torres Vedras.

O presente despacho produz efeitos a 1 de julho de 2025.”

A presente designação tem como suporte a nota curricular anexa ao presente aviso.

Nota Curricular:

Habilitações académicas e formação especializada — Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (1997); curso de pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2003); curso de especialização em História Regional e Local na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2007); curso de pós-graduação em Contratação Pública pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação (CEDIPRE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2008); frequentou diversas ações e cursos de formação profissional em diversas áreas do direito administrativo, sobretudo urbanismo e ordenamento do território, contratação pública e direito do emprego público.

Experiência Profissional — Técnica superior no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I. P.), de 1997 a 2002, onde desempenhou funções de assessoria jurídica, representação em comissões e grupos de trabalho e elaboração de diplomas legais nas áreas do trabalho temporário e agências privadas de colocação, proteção no desemprego e trabalho de cidadãos estrangeiros; exerceu como advogada com cédula profissional n.º 17330-L, tendo a inscrição suspensa na Ordem dos Advogados, a seu pedido, desde 2003; exerceu funções no Gabinete Jurídico da Câmara Municipal de Torres

Vedras por requisição ao IEF, I. P., de 02.09.2002 a 28.02.2005; técnica superior da Câmara Municipal de Torres Vedras desde 01.03.2005, desempenhando funções de apoio jurídico, em especial contencioso administrativo, contratação pública, gestão urbanística, ordenamento do território, regulamentos administrativos, direito disciplinar e direito do emprego público; designação na Câmara Municipal de Torres Vedras como Responsável da Área Jurídica e de Contencioso (01.12.2015 a 03.01.2021), Responsável da Unidade Jurídica e de Fiscalização (04.01.2021 a 02.06.2024), Chefe da Divisão Jurídica e de Fiscalização em regime de substituição (03.06.2024 a 23.06.2025) e designação em 24.06.2025 para o mesmo cargo em comissão de serviço.

8 de julho de 2025. – A Vice-Presidente, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino.

319277801